

AASP – Temas polêmicos de Processo do Trabalho

A Responsabilidade dos Sócios e Ex-sócios na Execução Trabalhista

Solução Incompleta

**A Entrega da Prestação Jurisdicional
na Justiça do Trabalho medida pelas
Execuções realizadas
no ano de 2014.**

**Fonte: Relatório Geral
Da Justiça do Trabalho 2014 - TST
<<http://www.tst.jus.br/documents/10157/887f0a39-0471-45da-9bd5-1fcc72ab3a1b>>
consulta em 02/09/2015.**

Execução na Justiça do Trabalho em 2014

Região Judiciária	Execuções Encerradas	Total a Executar	Encerradas em relação ao total a executar (%)
1ª - RJ	60.852	328.040	18,55
2ª - SP	28.237	1.031.106	2,74
3ª - MG	59.231	275.580	21,49
4ª - RS	51.858	337.178	15,38
5ª - BA	46.545	222.963	20,88
6ª - PE	36.526	131.165	27,85
7ª - CE	35.198	120.464	29,22
8ª – PA e AP	11.896	48.049	24,76
9ª - PR	37.648	231.365	16,27
10ª – DF e TO	12.551	122.057	10,28
11ª – AM e RR	10.296	29.772	34,58
12ª - SC	24.438	80.520	25,38

Execução na Justiça do Trabalho em 2014

Região Judiciária	Execuções Encerradas	Total a Executar	Encerradas em relação ao total a executar (%)
13ª - PB	7.094	32.602	21,76
14ª – RO e AC	10.793	31.412	34,36
15ª – Campinas	143.359	425.714	33,67
16ª - MA	14.288	61.583	23,20
17ª - ES	14.301	42.047	34,01
18ª - GO	20.812	67.297	30,93
19ª - AL	2.681	40.353	6,64
20ª - SE	5.200	26.700	19,48
21ª - RN	13.653	75.231	18,15
22ª - PI	5.656	20.903	27,06
23ª - MT	8.261	43.546	18,97
24ª - MS	4.177	31.071	13,44

Art. 5º, LIV, CF/88:

- ✓ Ninguém será privado da liberdade ou de seus bens sem o devido processo legal.

Legislação Pertinente

- **Código Civil (1916) – art. 20**
- **CTN (1966) – art. 135, III**
- **CPC (1973) – arts. 592 e 596**
- **Lei 8.078/90 (CDC) – art. 28**
- **Lei 8.884/94 (Antitruste) – art. 18**
- **Lei 9.065/98 (Prej. Ambientais) – art. 4º**
- **Código Civil (2002) – art. 50 e 1003**
- **Lei 11.101/2005 (Lei de Falências) – art. 6º, § 2º e art. 82**
- **Novo CPC (2015) – arts. 133 a 137**

Perguntas

1. Qual é o momento em que o contraditório deve ser promovido?
 - a) Antes de declarar a desconsideração da personalidade jurídica ?
 - b) Após a declaração e antes da penhora ?
 - c) Após a penhora dos bens ?

Perguntas

2. Todos os sócios respondem igualmente pelos débitos da pessoa jurídica, independentemente do tipo de sociedade e da participação acionária ou do exercício, ou não, de gestão ?

Perguntas

3. Diante dos requisitos da desconsideração da personalidade jurídica a lei requer exercício do contraditório e prova de:
- a) Violação de normas estatutárias, ou
 - b) Infração de lei
 - c) Abuso de personalidade (caracterizado por desvio de finalidade ou confusão patrimonial)
 - d) Abuso de direito, excesso de poder, fato ou ato ilícito
 - e) Infração Presumida (Sum 435 STJ)

Perguntas

4. O sócio que não participou da fase de conhecimento deve ser citado da desconsideração da personalidade jurídica em respeito ao contraditório ou se deve fazer a penhora direta?

(provimento GP/CR nº 23/2006, seção V, art. 147, § único)

Perguntas

5. Qual o meio processual adequado para se contestar a responsabilidade do sócio ou ex-sócio, antes ou após a penhora?

- a) Embargos a execução ?
- b) Embargos de terceiro ?
- c) Mandado de segurança ?
- d) Correição parcial ?

Perguntas

6. Qual o percentual de responsabilidade de cada sócio pela dívida?
- a) 100%, independentemente de sua participação acionária
 - b) Proporcional a sua participação acionária
 - c) Proporcional a sua participação na gestão

Perguntas

7. Em caso de condenação de empresa devedora subsidiária quem deve ser executado primeiro?

a) Os sócios ?

b) A devedora subsidiária ?

Perguntas

8. Em caso de recuperação judicial e falência deverá a execução ser encaminhada por certidão de crédito ao processo falimentar ou poderá se executar os bens dos sócios ?

(Benefício de ordem)

Perguntas

9. No caso de ex-sócios, quando seus bens respondem pelo débito da sociedade?

- a) Até 2 anos após a saída da sociedade, na vigência do atual Código Civil art. 1003
- b) Até 2 anos se a empresa continuou em atividade após sua saída
- c) Sempre, pelas obrigações decorrentes do contrato de trabalho até o momento da despedida

Perguntas

10. Os 2 anos devem ser completados até:

- a) No ato da desconsideração da personalidade jurídica
- b) No ato da penhora
- c) Ajuizamento da ação

Perguntas

11. Será cabível no Processo do Trabalho o Incidente de Desconsideração da Personalidade Jurídica previsto no Capítulo IV, art. 133 e seguintes do novo CPC ?

Ordem de Responsabilidade

1. Pessoa Jurídica/Empregador
2. Devedor solidário
3. Devedor subsidiário
4. Bens da falência
5. Bens da sucessão
6. Bens dos sócios gestores
7. Bens dos ex-sócios